


Recessão derrubou todos os indicadores sociais

 valor.com.br/opiniao/5855489/recessao-derrubou-todos-os-indicadores-sociais

18 de setembro de 2018

A má colocação do Brasil no recente ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é mais um retrato das deficiências que prejudicam a competitividade do país no cenário internacional. Pelo terceiro ano seguido, o Brasil ficou no 79º lugar entre 189 nações em IDH, de acordo com cálculos feitos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) para avaliar o bem-estar de uma sociedade, que leva em conta indicadores de saúde, educação e renda. Em uma escala que vai de zero a 1, o Brasil teve a nota 0,759. Na América do Sul, está na quinta posição, atrás do Chile, Argentina, Uruguai e até da Venezuela. A situação é pior quando a desigualdade é incluída na conta: o IDH brasileiro cai 23,9% para 0,578 ponto e perde 17 posições.

Depois de ter apresentado melhora gradual de 2012 até 2015, o Brasil estagnou no ranking do IDH como resultado da recessão, que afetou principalmente a renda, o mercado de trabalho e a educação. A renda nacional bruta (RNB) de US\$ 13.755 de acordo com o Pnud, está abaixo dos US\$ 14.350 de 2015, corrigida pela paridade do poder de compra (PPP). Além de ter diminuído, a renda é mal distribuída. O Brasil possui o nono pior Índice de Gini do mundo, que mede o grau de concentração da renda, uma das principais causas do baixo IDH.

Levantamento recente da **FGV Social** também detecta crescimento da pobreza a partir de 2015, quando a crise abateu o emprego e a renda. Do início daquele ano até 2017, surgiram 6,27 milhões de novos pobres, elevando para 23,3 milhões o total de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza (R\$ 233 por mês por pessoa) no fim de 2017, ou 11,2% da população. A expectativa é que o número diminua neste ano, reduzindo o contingente de pobres para 22,83 milhões, com algum efeito do processo eleitoral, período em que geralmente isso ocorre por efeito de medidas como o aumento de benefícios sociais.

O mercado de trabalho fraco, com recuperação bastante tímida, também contribui para prejudicar o bem-estar da população. A taxa de desemprego no Brasil em 2017 foi a segunda maior de toda a América Latina, atrás apenas do Haiti, segundo dados do relatório do Pnud, baseado em informações da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O desemprego atingiu 12,9% da população brasileira economicamente ativa que tentou buscar um trabalho, no ano passado. Um terço dos jovens entre 15 e 24 anos tentou e não encontrou emprego, o maior índice da América do Sul, e 24,8% nem trabalham nem estudam.

Em relação à educação, a expectativa dos anos de escolaridade de uma criança que ingressa hoje no sistema de ensino segue a mesma desde 2015, de 15,4 anos; e a média de anos de estudo do brasileiro de 25 anos ficou inalterada em 7,8 anos desde 2016. Os números do Pnud estão coerentes com avaliações recentes da educação brasileira feitas tanto por organismos nacionais quanto internacionais. A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou estudo que constatou que 52% dos brasileiros entre 25 e 64 anos não concluíram o ensino médio, mais do que o dobro dos países que fazem parte da organização. Argentina e a Colômbia estão à frente do Brasil na

América Latina, com 39% e 46%, respectivamente, dos adultos nessa faixa etária sem diploma desse ciclo de ensino. A pesquisa aponta ainda outro problema: o elevado percentual de jovens que abandonaram os estudos. Na faixa etária entre 15 e 19 anos, 69% dos jovens estão matriculados numa escola; e na faixa de 20 a 24 anos, apenas 29%. Nos países da OCDE, a média é de 85% e 42%, respectivamente.

Um pouco antes, o Ministério da Educação havia divulgado dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), na mesma linha, mostrando a educação estagnada desde 2009. De acordo com a OCDE, o Brasil gasta em educação percentual semelhante à média do grupo: 5,5% em comparação com 5% do PIB. No entanto, o montante por aluno de US\$ 3.380 é menos da metade da média da OCDE por conta do maior número de estudantes e do PIB menor. Na saúde, a expectativa de vida dos brasileiros passando de 75,3 anos em 2015, para 75,7 anos em 2017.

Os números do Pnud reforçam a tese de que o bem-estar a população passa pela retomada do crescimento econômico, assentado em bases sustentáveis, com melhoria do mercado de trabalho, e implementação de políticas públicas de amplo espectro, porém responsáveis do ponto de vista fiscal, que promovam a igualdade social e de gênero.